

**Processo nº** 12.651-9/2013  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Altera o artigo 1º da Resolução Normativa nº 29/2012-TP, que dispõe sobre o procedimento de julgamento do Plenário Virtual, de competência atribuída ao Tribunal Pleno ou Câmara Julgadora no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 14-5-2013 – Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 8/2013-TP**

Altera o artigo 1º da Resolução Normativa nº 29/2012-TP, que dispõe sobre o procedimento de julgamento do Plenário Virtual, de competência atribuída ao Tribunal Pleno ou Câmara Julgadora no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e artigo 30, VI, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por maioria;

**Considerando** que a Resolução Normativa nº 29/2012-TP, aprovada na sessão do Tribunal Pleno do dia 22/11/2012, contemplou a possibilidade de julgamento, em Plenário Virtual, dos processos de competência do Relator para proferir julgamento singular cujo entendimento divirja do parecer do Ministério Público de Contas;

**Considerando** que a Resolução Normativa nº 32/2012, aprovada na sessão ordinária do Tribunal Pleno do dia 4/12/2012, reenumerou os parágrafos do artigo 90, transformando o § 4º em § 5º; e,

**Considerando** a necessidade da adequação da Resolução Normativa nº 29/2012-TP;

**DECIDE:**

Art. 1º. Alterar o caput do artigo 1º da Resolução Normativa nº 29/2012-TP, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º.** Os assuntos processuais referentes a consultas, aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e eventuais retificações desses atos previdenciários, homologações de julgamentos singulares para constituição de títulos executivos, bem como os assuntos previstos no artigo 90 da Resolução nº 14/2007, cujo entendimento do Relator diverja do parecer do Ministério Público de Contas, poderão ser julgados em sessão virtual”.

Participaram da deliberação os Conselheiros VALTER ALBANO, DOMINGOS NETO e SÉRGIO RICARDO, e o Conselheiro Substituto MOISES MACIEL, que estava substituindo o Conselheiro ANTONIO JOAQUIM.

Vencidos o Conselheiro WALDIR JÚLIO TEIS, e o Conselheiro Substituto LUIZ HENRIQUE LIMA, que estava substituindo o Conselheiro HUMBERTO BOSAIPO, os quais votaram contrário apenas em relação ao julgamento de consultas por meio de Plenário Virtual.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral de Contas WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR.

**Publique-se.**

**Processo nº** 12.651-9/2013  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Altera o artigo 1º da Resolução Normativa nº 29/2012 – TP, que dispõe sobre o procedimento de julgamento do plenário virtual, de competência atribuída ao Tribunal Pleno ou Câmara Julgadora no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 14-5-2013 – Tribunal Pleno

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 8/2013-TP

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 14 de maio de 2013.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI  
Presidente

WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR  
Procurador Geral de Contas